

O uso de agrotóxicos e suas implicações para a saúde humana e ambiental: enfrentamento local

Vilma Constancia Fioravante dos Santos
Graziella Chaves Trevilato
Marilise Oliveira Mesquita
Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz
Deise Lisboa Riquinho
Robriane Prosdocimi Menegat

As ações voltadas para o ambiente estão implícitas no papel do Estado em oferecer atenção em saúde de forma universal, integral e equânime. Por meio da vigilância em saúde o Estado deve desenvolver ações articuladas e contínuas a fim de proteger a saúde das pessoas. O campo da saúde coletiva está diretamente ligado à saúde ambiental, uma vez que o ambiente pode exercer efeitos sobre o bem-estar físico, mental e social do ser humano, o que justifica ações de controle e vigilância de sistemas, estruturas e atividades com interação no ambiente (Mota, 2013). Dentre as atuais preocupações que associam a saúde e o ambiente está o uso de agrotóxicos em sistemas produtivos e seus efeitos sobre a saúde humana (Oliveira, 2016).

O sistema de produção agrícola brasileiro, dependente da utilização de produtos químicos com alta toxicidade para o ambiente e a saúde humana, coloca o Brasil no topo do *ranking* dos países que mais utilizam agrotóxicos no mundo, fomentado por políticas públicas que historicamente cumpriram o papel de favorecer a dependência dos produtores aos agrotóxicos (Londres, 2011). Consequentemente, a expansão desmedida das áreas utilizadas pela agricultura amplia gradualmente os impactos causados pelos agrotóxicos, incluindo nessa lista a contaminação do ar, do solo, das águas e a intoxicação dos homens e animais (Ismael et al., 2015), o que se torna mais preocupante se for considerado o fato de que o processo produtivo brasileiro está cada vez mais dependente do uso dos agrotóxicos e fertilizantes químicos (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2012).

A utilização de múltiplas classes de agrotóxicos nos mais diferentes tipos de sistemas produtivos no Brasil tem trazido graves problemas para a saúde humana e ambiental. Os trabalhadores rurais e suas famílias, em especial aqueles que dependem da produção agrícola para garantir suas atividades econômicas, estão colocados em situação de vulnerabilidade frente aos efeitos tóxicos da exposição aos agrotóxicos, tornando mais urgente que o Estado assuma suas responsabilidades em garantir atenção em saúde integral (Nasralla Neto, Lacaz, Pignati, 2014; Butinof et al., 2015). Quando os agricultores utilizam o sistema de produção familiar, as implicações são ainda mais preocupantes, devido à permanente exposição de mais de um membro da família em todo o processo produtivo, do cultivo à colheita, incluindo a armazenagem. Porém os custos desses impactos não são contabilizados no preço desses insumos ou dos bens que geram; mesmo sem serem dimensionados, esses custos são assumidos pelo Estado (Soares; Porto, 2012).

Estudos sugerem que a prevalência de sintomas relatados e as taxas de consultas médicas e de hospitalizações são fatores a serem considerados para a análise da exposição ocupacional (Butinof et al., 2015), diante da grande dificuldade e fragilidade dos dados provenientes das notificações de casos suspeitos por parte dos profissionais da saúde (Curvo; Pignati; Pignatti, 2013). Essas possibilidades de investigação são importantes para o campo da saúde, considerando que existem poucos recursos para o diagnóstico da contaminação por agrotóxicos no que diz respeito aos métodos acessíveis em relação a custos e viabilidade técnica para serem aplicados em larga escala pelo sistema público de saúde (Peres et al., 2005; Ferreira et al., 2016).

Um dos métodos de detecção que atende às exigências citadas somente consegue detectar os agrotóxicos organofosforados e carbamatos, isso quando for realizado até sete dias após o contato com o veneno. Depois desse tempo,

os compostos são menos detectáveis no organismo, ou seja, é um exame para situações de intoxicação aguda. Existe a possibilidade de analisar especificamente a dosagem sanguínea do composto do qual se suspeita, mas esse método não é acessível para a população em geral em função dos altos custos e da ampla variedade de grupos químicos no mercado (Londres, 2011).

Destaca-se, também, a problemática dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos consumidos pela população, tema que delinea um quadro preocupante do ponto de vista da saúde coletiva, uma vez que atualmente a pesquisa não consegue dimensionar adequadamente os riscos que são causados por alimentos contaminados (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2012). Essa contaminação está intimamente ligada à utilização de agrotóxicos acima da quantidade de suporte do ambiente, de modo a serem quimicamente transformados quando absorvidos pelas plantas e solo, sendo ingeridos pelas pessoas por meio dos alimentos e também transportados para os corpos d'água pelas chuvas (Ismael et al., 2015).

As transformações pelas quais os agrotóxicos passam no ambiente, e também quando combinados com outros compostos, trazem grandes incertezas para a ciência acerca dos seus efeitos para a saúde humana, tendo em vista que já se enfrenta considerável dificuldade em dimensionar o impacto desses elementos mesmo nas propriedades já conhecidas. Assim, a ciência carece cada vez mais de modos de análise que tirem do ocultamento a nocividade dos agrotóxicos e busquem evidências que demonstrem os agravos vinculados (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2012).

Além disso, é preciso considerar que ingredientes ativos dos agrotóxicos podem ocasionar efeitos crônicos por meses, anos e até décadas após a exposição, com manifestações que englobam cânceres, malformações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais. Os efeitos agudos sobre a saúde humana são os mais perceptíveis, de modo que as informações disponíveis no Brasil vêm dos dados dos sistemas de informação sobre óbitos, emergências e internações hospitalares de pessoas intoxicadas por esses produtos, que na maioria dos casos têm envolvimento com a exposição ocupacional aos agrotóxicos (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2012).

A produção do tabaco tem sido amplamente estudada nos mais diferentes campos do conhecimento, desde o melhoramento genético até as questões econômicas que envolvem o processo produtivo. No entanto, pouco se avançou no sentido de uma produção mais sustentável em termos sociais, ambientais e de segurança com a saúde do trabalhador. No que corresponde ao campo da saúde, as intoxicações por agrotóxicos são situações emergenciais que demandam ações da vigilância em saúde, em seus âmbitos de atuação. Entretanto,

apesar de o Brasil ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos, não há no país um sistema oficial de informações, de âmbito nacional, sobre onde são comercializados os agrotóxicos, assim como uma estimativa dos produtos contrabandeados de países vizinhos (Carneiro et al., 2015). Também existe o desafio da baixa capacitação dos profissionais para diagnosticar os efeitos relacionados aos agrotóxicos (Medeiros; Medeiros; Silva, 2014) e a busca constante de evidências que demonstrem a relação entre esses produtos e doenças como neuropatias, imunotoxicidade, alterações endócrinas, alterações do sistema reprodutor, do desenvolvimento e do crescimento e produção de neoplasias.

A saúde dos trabalhadores, seus riscos e danos são a expressão das tecnologias utilizadas, da organização e da divisão do trabalho, assim como da intervenção dos trabalhadores nos locais de trabalho, da ação de técnicos, instituições e do arcabouço jurídico vigente que normatiza aspectos relacionados. Dessa forma, o cotidiano do trabalho com a agricultura expressa as políticas governamentais adotadas para o setor, e as “modificações eficazes e eficientes naquele cotidiano passam, necessariamente, por mudanças na atuação do Estado brasileiro no que se refere ao seu conceito e à sua prática de desenvolvimento agrícola e rural” (Silva et al., 2005, p. 896).

Partindo do exposto, este capítulo tem como objetivo descrever como as políticas públicas locais dos municípios em estudo enfrentam a problemática das intoxicações por uso de agrotóxicos na produção de tabaco, pela voz dos gestores locais.

Metodologia

Este foi um estudo de abordagem qualitativa que se inseriu em um estudo intitulado “Impactos do cultivo do tabaco na saúde do trabalhador e na qualidade do solo e da água em propriedades dos municípios da ‘Metade Sul’ do Rio Grande do Sul”, que é fruto da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

O estudo apontado teve como objetivo analisar a situação da saúde do trabalhador do cultivo do tabaco e avaliar a sua relação com a qualidade do solo e da água desse sistema produtivo em três municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul: Canguçu, Cachoeira do Sul e Candelária. Este estudo recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) entre janeiro de 2014 e janeiro de 2016 e foi desenvolvido por meio de uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa.

O presente recorte refere-se a uma das etapas desenvolvidas junto aos gestores e profissionais envolvidos na questão norteadora de pesquisa e responsáveis pelas secretarias municipais de saúde, meio ambiente, agricultura e Emater, buscando-se conhecer as políticas públicas locais e as ações setoriais e intersetoriais de proteção à saúde do trabalhador rural e do ambiente em três municípios produtores de tabaco da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Todos os entrevistados aceitaram participar do estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados foram gerados entre 2014 e 2015 por meio de entrevistas semiestruturadas, avaliados pela análise de conteúdo, e a identificação das categorias empíricas foi realizada por meio da análise temática. Foram respeitados os aspectos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº. 496, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e o projeto implementou a coleta dos dados após aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resultados e discussão

A partir dos dados gerados com as entrevistas juntos aos gestores municipais emergiram categorias temáticas que serão apresentadas a seguir.

*As ações setoriais e intersetoriais:
“Então, estamos bem apavorados porque nós
não sabemos o nível de contaminação...”*

Nos cenários estudados, contatou-se que os gestores locais das secretarias municipais do meio ambiente reconhecem os efeitos do uso dos agrotóxicos como nocivos à saúde humana, tanto para as pessoas que têm contato ocupacional com esses produtos quanto para aquelas que sofrem com as consequências de sua utilização. Também foi apontada a existência de espaços de debate coletivo, como as reuniões intersetoriais, para discussão da problemática dos agrotóxicos. Porém, poucas são as ações desenvolvidas concretamente para mitigar os danos causados pelos agrotóxicos, especialmente porque não se tem o dimensionamento do grau de contaminação do ambiente. Além disso, a característica territorial (pequenas propriedades) tem como consequência contaminações esparsas, inclusive com perdas na produção de outros produtos agrícolas, em função da dispersão do agrotóxico pelo ambiente no momento da aplicação.

[...] Então, nos municípios fazemos reuniões mensais com os outros secretários, diretor e gestor do meio ambiente da zona sul de 23 municípios. A gente se depara com esse problema de agrotóxico [...] Aqui não tem como deixar de afetar, porque a propriedade é muito pequena. Então, um vizinho que tenha sua árvore de fruta e acha que não tem o agrotóxico... [...]. (Secretária de Meio Ambiente de Canguçu)

[...] Então, estamos bem apavorados porque nós não sabemos o nível de contaminação... Não temos ideia. (Secretária de Meio Ambiente de Canguçu)

A atuação institucional de órgãos competentes e com atribuições relacionadas à educação para o uso de agrotóxicos depende de diferentes fatores que perpassam a tomada de decisão sobre esse assunto. A constatação de, apesar de serem reconhecidos os danos causados pelos agrotóxicos, não haver ações incisivas para a busca de outra forma de produção ou controle dos receituários agronômicos pode estar associada ao receio de interferir sobre o interesse econômico de empresas que estão ligadas à geração de renda para os agricultores (Nasralla Neto; Lacaz; Pignati, 2014).

Na transcrição a seguir, um dos profissionais que trabalha na Emater de um dos municípios estudados relata que, mesmo acreditando que o uso de agrotóxicos não é a melhor opção para os produtores, os funcionários precisam seguir as orientações institucionais, de modo que aqueles que delas discordam preferem não se expor em relação à sua opinião contrária. Assim, a Emater do município em questão não realiza atividades relacionadas às estratégias de divulgação de informações a respeito do uso seguro de agrotóxicos:

[...] Então como tu vai trabalhar numa coisa que tu não acredita, não é? Na equipe até tem pessoas que acreditam nisso, não é... mas nesse momento não se expõem. Então, a Emater hoje e nos últimos anos, ela não trabalha com isso. Pode ser que algum dia nós façamos alguma coisa desse tipo meio a contragosto. (Funcionário da Emater de Canguçu)

Em contraste com o caso exposto, em outro município estudado há setores se mobilizando em torno de ações com cunho informativo para os produtores, de modo que a Emater atue fazendo parcerias intersetoriais. O gestor da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de um dos municípios fez menção às iniciativas locais para informar sobre os problemas que o cultivo do fumo pode trazer à saúde humana e ambiental, mas aponta que

são encontradas dificuldades na adesão aos métodos de proteção por parte dos agricultores, mesmo os informados a respeito da periculosidade desses produtos:

[...] Nós tentamos orientar. Temos um convênio com um sindicato, já falei com a Emater, são todos órgãos, principalmente a Emater que procura diversificar a cultura. Nós estamos procurando várias formas e tentamos na parte ambiental, sobre o meio ambiente, explicar para eles o problema do fumo, do grave problema que assola a saúde humana. Mas nós encontramos grande dificuldade. Ali tu encontras um ou dois colonos agricultores fumicultores que usam o uniforme adequando, os EPIs, para colocar o veneno, agrotóxico. Daí já dez, quinze não usam. (Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Candelária)

O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é um tema bastante debatido e relevante para a saúde dos produtores rurais. No entanto, estudos apontam que a grande maioria dos trabalhadores não utiliza esses equipamentos: “Os riscos a que o trabalhador está exposto, mais que entidades físicas independentes, estão intimamente relacionados com a maneira com que essa população enfrenta os perigos existentes” (Martins et al., 2012, p. 20).

No mesmo município do qual provém o entrevistado da fala anterior, apesar da forte inclinação ao uso de agrotóxicos na produção agrícola, ainda há agricultores que foram capazes de produzir sem utilizar nenhum tipo de tais substâncias. Isso pode estar relacionado ao fato de que a agroecologia é incentivada pela Emater local, sendo vista como uma alternativa possível e viável para os produtores rurais. Ainda assim são fornecidas orientações àqueles que preferem continuar utilizando agrotóxicos em suas plantações, no sentido de reduzir os riscos de intoxicação aos que estão expostos diariamente.

[...] Então no nosso entendimento é possível produzir sem uso de agrotóxico. Nós temos vários exemplos em Candelária de produtores que ainda jovens receberam orientações sobre agroecologia e hoje são produtores, e faz mais de quinze anos que não entra nada de adubo químico e nada de agrotóxico, e todos os outros diziam que eles iam morrer de fome [...]. Então nós entendemos que a produção orgânica é possível de fazer, tanto com pequenos como com grandes e médios produtores. No entanto, para aqueles que não aderem à produção agroecológica, nós damos as orientações de pelo menos se proteger usando o EPI quando vai trabalhar com os agrotóxicos. (Funcionário da Emater de Candelária)

Um elemento apontado pelos gestores é a dificuldade enfrentada no dimensionamento da contaminação do ambiente pelos agrotóxicos, assim como na conscientização tanto dos responsáveis pelos órgãos competentes quanto dos próprios produtores de fumo sobre a relação entre o ambiente, a saúde e o uso de agrotóxicos. Outro ponto que sobressaiu nas entrevistas realizadas é a influência que o mercado exerce no perfil de dependência da produção de fumo aos agrotóxicos:

[...] As pessoas não vinculam a saúde humana com a saúde ambiental. [...] Está prejudicando a saúde e o meio ambiente, não sabemos o quanto, e para podermos saber e dar o primeiro passo nós precisaríamos saber o quanto [...]. (Secretária de Meio Ambiente de Canguçu)

[...] Porque não existe uso seguro de agrotóxico. Quantos litros eu posso tomar por dia e não me fazer mal, não é? Isso não existe, só na cabeça dos vendedores de veneno... Então, não é possível, não é possível uma coisa dessas [...]. (Funcionário da Emater de Canguçu)

É reconhecido que existe uma baixa capacidade de enfrentamento e resolução acerca do uso dos agrotóxicos, tendo em vista o volume de capital que envolve, os interesses que perpassam esse sistema produtivo e as possibilidades de alternativas vislumbradas pelos agricultores (Nasralla Neto; Lacaz; Pignati, 2014).

O enfrentamento local pelo setor saúde:

“Só temos uma precariedade, que aí eu acho que se encaixaria mais para a questão do uso do agrotóxico, que é a saúde do trabalhador.”

Verificou-se que nos municípios não é realizado monitoramento dos casos de intoxicação, em função da sobrecarga de trabalho da vigilância sanitária com demandas de atividades normativas que são de incumbência dos trabalhadores daquele setor. Essa situação faz com que seja necessário priorizar o que é estabelecido pelas legislações que balizam o trabalho da vigilância sanitária, deixando a saúde do trabalhador em segundo plano:

[...] Não temos um levantamento exato, mas todas as doenças de notificação são realizadas ali [setor de vigilância sanitária]. Só temos uma precariedade, que aí eu acho que se encaixaria mais para a questão do uso do agrotóxico, que é a saúde do trabalhador. Nós não temos ainda um coordenador, uma pessoa de referência do município. Então, esse ano nós não tivemos, ainda não foi encaminhado nenhum caso porque a pessoa que fazia isso anteriormente pediu afastamento [...]. (Secretária Municipal de Saúde de Canguçu)

Há o posicionamento de secretários de saúde em relação à qualificação dos profissionais que são considerados capacitados para diagnosticar adequadamente os casos de intoxicação. Entretanto, não são todos os municípios que dispõem de equipes fixas nas áreas rurais, e o que se oferece nesses casos são profissionais que se deslocam em unidades móveis e fazem itinerários semanais em cada localidade:

[...] Quanto à qualificação do profissional, os profissionais têm habilitação para isso. E eu acho que a unidade básica também tem uma condição maior de identificar pelo tempo que dispõe para o atendimento. Mesmo que nós tenhamos [equipes] uma vez por semana na localidade, mas ele [o médico] fica o dia inteiro e a consulta tem o mínimo de tempo para ser realizada, então ele acabou qualificando também o diagnóstico e tem um olhar diferencial e ali consegue identificar [...]. (Secretária Municipal de Saúde de Canguçu)

As ações da vigilância em saúde do trabalhador são exercidas por aqueles profissionais que se sentem identificados com essa área, geralmente com a conotação de que estariam realizando um trabalho para além daquilo que seria necessário à sua função. As atividades da saúde do trabalhador disputam espaço com outras atividades nos municípios, como pode ser verificado na fala transcrita a seguir.

A responsável técnica pela vigilância em saúde em um dos municípios reconhece que são realizadas ações esporádicas voltadas à saúde do trabalhador, motivadas por casos em que o Cerest precisa intervir, como grandes empresas envolvidas em casos de denúncia ou situações em que há Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Em relação à vigilância em saúde do trabalhador rural, há o reconhecimento de que ainda não existem ações voltadas a essa população específica. E nas situações em que são desenvolvidas ações de vigilância em saúde do trabalho, isso está relacionado aos casos de doenças transmissíveis, como a leptospirose, ocasiões em que as vigilâncias epidemiológica e ambiental atuam juntas.

[...] Porque num trabalho de prevenção, educação a gente consegue organizar meio assim, não como a gente gostaria, muito esporádico porque tem que encaminhar, tem que solicitar espaço, tem que agendar e tem que estar dentro do orçamento do município [...]. E aqui as ações de vigilância de saúde do trabalhador, elas estão bem relacionadas ao que o Cerest ajuda e dá suporte [...]. Então, vigilância no meio rural não existe. O que a gente consegue é identificar as leptospiroses que estão relacionadas ao trabalho, a gente avisa a equipe de saúde ambiental, aqui do setor, que aí tem os agentes das endemias. Aí eles vão no domicílio, identificam o risco. Assim é com suspeita de dengue [...]. (Funcionária da Vigilância em Saúde de Cachoeira do Sul)

A mesma técnica entrevistada relatou que, no município em questão, houve ações com o caráter de “capacitação” para os trabalhadores rurais em um momento no qual se estabeleceu parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, fomentado pela Coordenadoria Regional de Saúde responsável. Na oportunidade, o que motivou tais atividades foi o fato de os acidentes fatais com máquinas agrícolas e outros equipamentos de trabalho estarem concentrados no rural.

Outra questão que emergiu nas entrevistas realizadas é a fragilidade e inadequação das formas de alcançar os trabalhadores rurais. Conforme o relato a seguir, uma das dificuldades que a vigilância em saúde de um dos municípios enfrenta é chegar até os trabalhadores, no sentido de ter contato com eles, e isso está relacionado ao fato de que eles não aderem às atividades de educação em saúde e prevenção das intoxicações por agrotóxicos em função da rotina de trabalho. A vigilância, por outro lado, não pode ter uma abordagem mais coercitiva, tendo em vista que as pessoas estão em suas propriedades privadas, não se configurando como empresas, o que inibe ações mais pontais por parte do setor.

A maior dificuldade é o acesso aos trabalhadores, tanto que tu vai organizar um evento tu tens que cuidar se eles não estão num momento da cultura lá que eles não vão vir. Ou eles estão plantando, ou eles estão separando, eles estão... É difícil chegar neles. E a gente, como vigilância, a gente não pode bater na porta e entrar: “Ah, eu vim aqui ver se estão se cuidando, se estão isso, se estão aquilo”. Porque eles não são empresas também, né? (Funcionária da Vigilância em Saúde de Cachoeira do Sul)

As ações relacionadas à vigilância em saúde voltada para o trabalhador fumicultor ainda enfrentam dificuldades estruturais de organização. Conforme relatado pelos entrevistados, ainda é um obstáculo para os municípios incorporar na rotina dos serviços de saúde a notificação de casos suspeitos de intoxicação por agrotóxicos. Além disso, o entendimento de que os serviços de saúde locais não estariam preparados para trabalhar com os fumicultores expostos a agrotóxicos e aos riscos para a saúde humana e ambiental é um fato preocupante, que instiga reflexões sobre o papel do Estado (por meio das Coordenadorias Regionais de Saúde e Secretaria Estadual em Saúde) em oferecer apoio institucional para que nos municípios os serviços tenham mais condições de atuar no enfrentamento dessa problemática.

Entre os entrevistados também emergiu uma importante consideração: a capacidade dos serviços de saúde locais para identificar, notificar e mitigar os efeitos ambientais é apenas uma parte do que deveria/poderia ser feito.

Devido à complexidade dessa problemática, como apontado na fala a seguir, a orientação sobre a utilização dos agrotóxicos provém em grande medida dos técnicos que atuam em nome das empresas que revendem tais produtos. Os representantes do Estado – no caso, a Emater – são procurados depois que a terra de cultivo não oferece mais condições de rendimento, e é quando os técnicos tomam ciência dos problemas de saúde das famílias. O agricultor é convencido da impossibilidade de uma colheita sem adquirir os produtos das indústrias e do comércio referentes ao uso de agrotóxicos, acreditando nos seus supostos benefícios para a boa produção. Assim, a forma de produção tradicional é substituída por uma produção orientada pelos próprios fornecedores dos produtos e por orientações de rótulos que apresentam uma linguagem de difícil compreensão para muitos trabalhadores rurais. A partir disso, questiona-se por que as políticas públicas não são mais eficazes na luta contra os agrotóxicos e a favor de melhores condições de trabalho, além da preocupação com a saúde humana e ambiental.

[...] Mas não sei se seria só isso. O agricultor se sufoca muito nas lojas, não é?! Então, a assistência técnica dele é da loja. Daí, vai lá [na loja] compra no crédito e compra outro e outro... quando ele não sabe mais o que fazer vai na Emater... aí para ver o que aconteceu com a minha lavoura... o que é isso... a saúde deles, eles não fazem... nós só sabemos do diagnóstico pela convivência, dessa questão da depressão, do problema de saúde, do irmão do fulano que está com câncer, isso nós ficamos sabendo. Mas, assim, dessas intoxicações crônicas não ficamos sabendo, não chega até nós. (Samuel)

As ações de vigilância em saúde operam na margem entre os interesses políticos e econômicos e a garantia da saúde, refletindo em conflitos que tomam materialidade no trabalho técnico dos profissionais da saúde, de modo que existe a necessidade de garantir o suporte jurídico e institucional para o fortalecimento da vigilância em saúde na realização de suas atividades (Carneiro et al., 2015).

As considerações tecidas acima dão sentido a uma constatação relatada por um dos entrevistados responsável pela vigilância em saúde de um dos municípios acerca do papel do setor público frente à questão das intoxicações por agrotóxicos: “O setor público, no geral, ele está fazendo o mínimo do mínimo; com o máximo que tem está fazendo o mínimo” (funcionária da Vigilância em Saúde de Cachoeira do Sul).

As ações realizadas pelo setor de vigilância em saúde dos municípios se dão no sentido de sensibilizar os profissionais a incorporar a rotina da notificação depois de identificar um caso de intoxicação por agrotóxico. O principal

notificador desses casos são os hospitais. As Unidades Básicas de Saúde, segundo os relatos dos entrevistados, apresentam grande resistência em notificar. Isso pode estar relacionado com o desconhecimento dos profissionais sobre os sinais e sintomas da intoxicação.

[...] Antes era intoxicação aquilo que eles entravam em contato com o CIT. Agora a gente falou que qualquer tipo de intoxicação que foi identificada, que é uma intoxicação, a gente precisa saber, em qualquer grau, ela pode ser leve, moderada ou grave. É assim que a gente classifica os riscos, os agravos no Sinan. Então está melhorando. [...] as equipes notificam, ou uma unidade de saúde, que ainda também não notificam e aí a gente tem uma dificuldade. (Secretária de Saúde de Candelária)

A vigilância em saúde, que muitas vezes se encontra em permanente estruturação nos municípios brasileiros, também tem que tratar com situações complexas, que demandam ações intersetoriais, como é o caso do suicídio. Além disso as intoxicações, mesmo com suspeita de que seja por agrotóxicos, não são registradas nos bancos de dados oficiais com essa causa, uma vez que os serviços de saúde não dispõem de exames que ofereçam dados concretos indicando tratar-se de uma intoxicação causada por agrotóxico.

Os sintomas da intoxicação por agrotóxicos são notificados, mas não por intoxicação por agrotóxicos, mas como INTOXICAÇÃO. Não tem um exame que diga se é agrotóxico ou não, então é difícil... diferente da cotinina... (Secretária de Saúde de Canguçu)

Não há nos municípios ações específicas para a saúde do trabalhador; as ações se dão a partir de demandas em torno de denúncias de uso inadequado de agrotóxicos:

[...] não temos no município [ação] específica para o trabalhador e para o uso do agrotóxico. Se faz associada às orientações da vigilância ambiental e quando há alguma denúncia nós também trabalhamos junto com o meio ambiente. (Secretária de Saúde de Canguçu)

Os municípios têm dificuldades financeiras em realizar exames que identifiquem os casos de intoxicação, mesmo aquelas intoxicações que já são bem descritas na literatura, como é o caso da cotinina. Nos municípios em que já houve a realização de exames na tentativa de rastrear possíveis casos de intoxicações, esses se deram em função de pesquisas que estavam sendo realizadas por universidades ou em parcerias com instituições, como Cerest:

O exame da cotinina, o município não teria como, na secretaria não tem verba para isso. Se o Cerest não tivesse bancado os exames, a gente também não teria como fazer. Então a nossa contrapartida é eu disponibilizar equipe, carro, gente para fazer essas coletas de urina... E o Cerest paga os exames. A Emater coleta com a gente esses exames. Vai geralmente um técnico da Emater e um técnico da secretaria. (Secretária de Saúde de Canguçu)

Os dados discutidos apontam a necessidade de os municípios receberem apoio institucional para lidarem com as demandas em saúde que emergem das atividades no campo.

Considerações finais

O Brasil é um dos principais consumidores de agrotóxicos no mundo, e a construção de ações conjuntas entre os diferentes setores que incidem sobre a saúde das coletividades (desde aqueles relacionados à produção até os setores da saúde) é uma demanda urgente. As fragilidades apontadas pelo estudo estão relacionadas à escassez ou inexistência de ações voltadas para a utilização dos agrotóxicos, assim como ao não dimensionamento, por parte dos municípios, dos efeitos da utilização de tais produtos à saúde dos trabalhadores rurais e ao ambiente. Elas demonstram a importância de iniciativas coordenadas pelos gestores municipais que se voltem ao fortalecimento de ações mais solidárias entre os serviços estudados e que possam despertar a participação da sociedade civil em prol de sistemas de produção mais sustentáveis e que protejam o trabalhador de riscos que sabidamente lhes causam problemas de saúde graves, como é o caso dos agrotóxicos. Dessa forma, ações entre gestores locais, representantes governamentais, diferentes atores sociais (incluindo os trabalhadores rurais) são fundamentais para a criação de políticas públicas que colaborem com melhorias para o trabalho rural e a saúde de quem produz e de quem consome alimentos gerados pelo agronegócio.

Frente à reconhecida importância de estudos que se voltem para a problemática do uso de agrotóxicos no Brasil, especialmente em função do modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio e nos monocultivos (Nasralla Neto; Lacaz; Pignati, 2014), este estudo colaborou para a geração de conhecimento sobre as políticas públicas locais dos três municípios estudados, além do entendimento das ações setoriais e intersetoriais de proteção à saúde do trabalhador e do ambiente. É necessária maior visibilidade aos riscos a que a população rural está exposta, tendo em vista o perigo que o contato direto e contínuo com os agrotóxicos acarreta à saúde dos trabalhadores. Esta pes-

quisa proporcionou, também, explorar experiências dos gestores locais sobre as situações vividas nesses lugares quanto a intoxicações e uso de agrotóxicos na produção de tabaco. Ao final deste estudo, pode-se depreender que a preocupação com a preservação da saúde humana e ambiental está cada vez mais destacada. Com a utilização desmedida e mal orientada de agrotóxicos nas produções agrícolas, essa questão se torna ainda mais relevante.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Parte 1 – Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde. Grupo de Trabalho coordenado por: CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S.; RIZZOLO, A.; FARIA, N. M. X.; ALEXANDRE, V. P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M. S. C. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.
- BUTINOF, M. et al. Pesticide exposure and health conditions of terrestrial pesticide applicators in Córdoba Province, Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 633-646, 2015.
- CARNEIRO, F. F. et al. (Org.). *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CURVO, H. R. M.; PIGNATI W. A.; PIGNATTI, M. G. Morbimortalidade por câncer infanto-juvenil associada ao uso agrícola de agrotóxicos no estado de Mato Grosso, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 21, n. 1, p. 10-17, 2013.
- FERREIRA, Marcelo José Monteiro et al. Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quê e para quem? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p.743-752, 2016.
- ISMAEL, L. L.; ROCHA, E. M. R.; LINS FILHO, L. A.; LIMA, R. P. A. Resíduos de agrotóxicos em alimentos: preocupação ambiental e de saúde para população paraibana. *Revista Verde* (Pombal - PB - Brasil), v. 10, n. 3, p. 24-29, jul./set. 2015.
- LONDRES, F. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação e defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.
- MARTINS, Myrella Klesy Silva; CERQUEIRA, Gilberto Santos; SAMPAIO, Ana Márcia Alves; LOPES, Aline Alves; FREITAS, Rivelilson Mendes. Exposição ocupacional aos agrotóxicos: um estudo transversal. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 5, n. 3, p. 6-27, out. 2012.
- MEDEIROS, Márcia Noelle Cavalcante; MEDEIROS, Marília Cavalcante; SILVA, Maria Beatriz Araújo. Intoxicação aguda por agrotóxicos anticolinesterásicos na cidade do Recife, Pernambuco, 2007-2010. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 509-518, set. 2014.

- MOTA, S. Saúde ambiental. In: ROUQUAYROL, M. Z. *Epidemiologia & saúde*. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
- NASRALA NETO, Elias; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PIGNATI, Wanderlei Antonio. Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista! *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4.709-4.718, dez. 2014.
- OLIVEIRA, A. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1.551-1.573, 2012.
- OLIVEIRA, K. M. Controle sanitário de agrotóxicos no Brasil: o caso do Metamidofós. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 159-175, abr./jun. 2016.
- PERES, Frederico et al. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. p. 27-37, dez. 2005.
- PIGNATI, W; OLIVEIRA, N. P; SILVA, A. M. C. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 19, v. 12, p. 4.669-4.678, 2014.
- SILVA, J. M. da et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005.
- SOARES, W. L.; PORTO, M. F. S. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 209-217, 2012.